



GOVERNO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP
Coordenadoria de Vigilância em Saúde - CVS
Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária - SUVISA



SUVISA/RN

PARECER TÉCNICO Nº 445/22

ASSUNTO: Análise de Projeto de Arquitetura

DADOS DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO: Prefeitura Municipal de Nova Cruz
Unidade Básica de Saúde

ENDEREÇO: Rua José Marques Moreira S/N, Centro - Nova Cruz/RN

OBJETIVOS/ATIVIDADES: Atendimento Ambulatorial: Ações Básicas de Saúde

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Nova Cruz

DADOS DO PROCESSO

AVALIAÇÕES ANTERIORES:

1ª Análise -

DOCUMENTAÇÃO ANEXADA:

- Requerimento de Análise de Projeto nº 04110015.002502/2022-70;
- ART Nº RN20220485737;
- Memorial Descritivo;
- Projeto básico de arquitetura – Nº de Pranchas: 05 | Nº de Vias: 02

DADOS DO PROJETO ARQUITETÔNICO

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Engenheira Civil: Marília Paulino Nobrega Nascimento

NÚMERO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL: 1601682905

ÁREA DE INTERVENÇÃO: 286,94m²

☐ REFORMA/ADEQUAÇÃO

☐ AMPLIAÇÃO

☒ CONSTRUÇÃO

☐ LEVANTAMENTO PARA P/ LEGALIZAÇÃO

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Edificação térrea

BASE LEGAL

- Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde – Ministério da Saúde/2008.
- Portaria nº 2.226, de 18 de setembro de 2009: Institui no Âmbito da Política Nacional de Atenção Básica o Plano Nacional de Implantação de Unidades de Saúde para equipes de saúde da família.
- Portaria nº 340, de 04 de março de 2013 - Redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- ABNT NBR 9050, de 03 de agosto de 2020: Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA):
- RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002: Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
- RDC nº 51, de 06 de outubro de 2011: Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.
- RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011: Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde
- RDC 15, de 15 de março de 2012: Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.
- RDC nº 222, de 28 de março de 2018: Dispõe sobre o Regulamento de Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

NÃO CONFORMIDADES

OBSERVAÇÕES

- 1) O acesso à área externa a partir do ambiente "Sala de atividades coletivas" não deverá ser utilizado como rota de entrada e saída do estabelecimento, devendo servir, portanto, apenas como apoio ao ambiente em questão;
- 2) Instalar lavatório de mãos nos ambientes: "Estocagem/ Dispensação de Medicamentos"; "Sala de Curativos" e "Sala de Inalação Coletiva";
- 3) Ampliar bancadas de apoio dos ambientes "Sala de Vacinas" e "Consultório Odontológico";
- 4) Instalar elemento divisório entre as poltronas de atendimento odontológico, como biombo, cortina ou outra solução de privacidade, no ambiente "Consultório Odontológico";
- 5) Eliminar esquadrias (janelas) entre os ambientes: "Banheiro Funcionário" e "Almoxarifado"; e "Sanitário PCD" e DML". Deverá, ainda, ser prevista exaustão nos ambientes "Almoxarifado" e "DML";
- 6) Os processos de limpeza dos produtos para saúde deverão seguir ao disposto art. 70 da RDC N° 15/2012;
- 7) O sistema de climatização da CME deve obedecer ao disposto no art. 52 e no art. 54 da RDC n° 15/2012;
- 8) Os ambientes que não possuem aberturas para ventilação natural direta devem apresentar soluções alternativas para conforto/ renovação de ar (exaustão/climatização);
- 9) O estabelecimento não poderá utilizar-se de processamento de roupas do tipo manual/doméstico;
- 10) O abrigo de resíduos de serviços de saúde deve dispor de dois ambientes distintos, para lixo comum e infectante/perfurocortante, de material impermeável, possuir ponto de água/torneira, ter piso com inclinação mínima de 2% direcionado ao ralo sifonado, com tampo escamoteável, dispor de aberturas para ventilação protegidas por telas e ter acesso restrito. Deverá atender, também, ao disposto no Art. 35 da RDC n° 222, de 28 de março de 2018 – ANVISA, devendo ser dimensionado de acordo com o volume de resíduos gerados, com capacidade de armazenamento compatível com a periodicidade da coleta do sistema de limpeza urbana do local.

CONSIDERAÇÕES

Considerou-se o processo em questão como sendo um projeto padronizado de Unidade Básica de Saúde de porte I, do Ministério da Saúde;

CONCLUSÃO

O Projeto de Arquitetura encontra-se **APROVADO**, para efeito de legalização, na Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária do RN – SUVISA/RN, sendo imprescindível contemplar as **observações e considerações** mencionadas no presente Parecer durante a execução da obra.

Esta aprovação do projeto de arquitetura, não exclui a necessidade de sua avaliação pelos demais órgãos competentes da administração, tais como Corpo de Bombeiros e Secretarias responsáveis pelo Código de Obras do Município onde o estabelecimento será edificado, nem eximirá o responsável pelo Estabelecimento de Saúde do atendimento às demais obrigações legais.

Solicitamos que a conclusão da edificação seja comunicada a esta Subcoordenadoria oficialmente, a fim de que seja realizada Análise Pós-Ocupação.




EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE

ASSINATURA

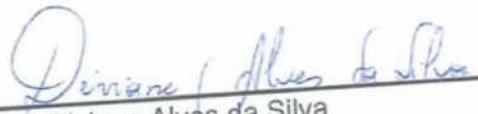
CARIMBO/MATRÍCULA

Matheus Galvão Cruz
ARQUITETO - CAU: A272273-9
SUvisa/CSV/SESAP

MATHEUS GALVÃO CRUZ


Luanda Fernandes de Medeiros
Auditora Fiscal da Vigilância Sanitária
Mat: 215.178-2 / SUVISA-RN

Natal, 11 de julho de 2022


Diviane Alves da Silva
Subcoordenadora da Vigilância Sanitária do RN

Diviane Alves da Silva
Subcoordenadora da Vigilância Sanitária
Mat.: 215295-9 / CSV/SESAP/RN